

ARQUIVOS PÚBLICOS NO RIO GRANDE DO SUL: ACESSO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Andrea Gonçalves dos Santos

andreasantos@furg.br

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Desde o surgimento dos Estados nacionais, a preservação do patrimônio documental da nação foi, na maioria dos países, prioritariamente uma tarefa do Estado. Os arquivos públicos tinham a função primordial de fornecer provas jurídicas necessárias à consolidação e legitimação do novo Estado. Durante a Revolução Francesa, com a criação dos Arquivos Nacionais, coloca o documento a serviço do cidadão no sentido de torná-los acessíveis à investigação. Desta forma, a existência do arquivo justifica-se pelo seu sentido patrimonial e testemunhal, pois tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso à documentação. Através da difusão da informação e do estudo de usuários, a instituição oferece condições de pesquisa como forma de satisfazer a necessidade de informação dos seus usuários. Este trabalho se propôs identificar de que forma as instituições arquivísticas do Estado satisfazem estas necessidades de informação. Especificamente, pretendeu-se: identificar as características das instituições, analisar os serviços que são oferecidos e traçar o perfil do seu usuário. Para isso, foram selecionadas instituições arquivísticas públicas localizadas em cidades com mais de 260.000 habitantes (Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Santa Maria e Gravataí). Através da aplicação de um questionário obtiveram-se informações, dentre outras, referentes à sua localização, a equipe de trabalho que atua no local e os serviços que oferece. Considerando a relevância das atividades arquivísticas nos acervos, as instituições são cientes da necessidade de gerir a informação adequadamente.

Palavras-chave: Acesso, arquivo, disseminação da informação, Rio Grande do Sul.

1 APRESENTAÇÃO

As fontes de pesquisa estão associadas à origem, à procedência, a fonte de consulta que fornece informações como testemunho direto dos fatos (correspondências, registros públicos ou privados, periódicos, etc.). Estas fontes vêm-se transformando, nas últimas décadas, em foco privilegiado de atenção por parte de pesquisadores (historiadores, sociólogos, antropólogos), traduzido por inúmeras publicações e coletâneas que disponibilizam e facilitam o acesso a fontes de investigação. Surgem, também, discussões sobre as novas tecnologias utilizadas para o registro, a organização e a preservação de documentos em bancos de dados ou para a informatização de acervos documentais visando à divulgação de informações. Neste sentido, o campo é amplo quando se têm por objeto as fotografias como fontes de pesquisa.

Assim, os arquivos surgiram da necessidade de preservar o patrimônio documental da nação e fornecer provas jurídicas necessárias à consolidação e legitimação do Estado. Ainda hoje a utilização dos documentos públicos pela administração do Estado ou pelo cidadão, para fins probatórios, permanece como função fundamental dos arquivos. Até final do século XVIII, o acesso aos documentos, nos arquivos de Estado, era secreto e existiam exclusivamente para servir à administração monárquica, particularmente aos reis. A Revolução Francesa iniciou uma nova era para os arquivos com a criação dos Arquivos Nacionais e a noção do arquivo a serviço do cidadão.

Durante o século XIX os historiadores, inspirados no modelo francês de arquivo, começaram a pressionar os depósitos centrais de arquivos no sentido de torná-los acessíveis à investigação. Dessa forma, às funções já existentes (de uso administrativo e de portador da memória da nação), os historiadores acrescentaram uma nova função aos arquivos, a de fonte para a história. Desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo cidadão “tem direito à liberdade de opinião e de expressão, [...] e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. O acesso aos arquivos passou a ser regulado por legislação específica, deixando de ser prioritariamente privilégio dos historiadores.

O direito à informação é, portanto, um dos mais novos direitos do homem. Consiste em poder receber informações e difundi-las sem restrições, tal direito está vinculado à liberdade de opinião e expressão, que integra as liberdades públicas. No Brasil, o Arquivo Nacional, criado no dia 2 de janeiro de 1838, surgiu como um dos instrumentos viabilizadores do projeto político nacional, como forma de fortalecer as estruturas do Estado recém fundado e consolidar a própria ideia do regime monárquico em um continente totalmente republicano.

Assim, Bellotto (2004) afirma que a existência do arquivo (como instituição que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso à documentação) justifica-se pelo seu sentido patrimonial e testemunhal. Existem com a função de preservar e organizar os fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir aos seus usuários.

Diante de vários significados e sinônimos, se considera arquivo como “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27). Sua origem corresponde “à necessidade de construir e conservar registros de ações e fatos, a título de prova e informação” (MACHADO e CAMARGO, 2000, p. 13). No trabalho com fontes de pesquisa, os arquivos oferecem instrumentos que mostram as informações e documentos do acervo de

forma ordenada. É o caso das guias, dos catálogos e dos inventários, onde o material (documentos, fotografias, publicações, etc.) que compõe o acervo é fonte de consulta.

Desta forma, colaboram com a preservação dos conjuntos orgânicos de informações, possibilitando aos pesquisadores os testemunhos de cada geração e conseqüentemente, a transmissão cultural. Assim, os valores patrimonial, testemunhal e de preservação justificam a existência do arquivo, como difusor de conhecimento. Para isto, o pesquisador procura e obtém informações consultando diferentes fontes, em diversos suportes, sejam gráficos, iconográficos, sonoros ou micrográficos, nas instituições que as armazenam. Tendo um lugar de destaque como fonte primária, tanto no âmbito da historiografia brasileira como estrangeira, oferecendo diversos serviços através dos diferentes profissionais que trabalham neles.

1.1 Instituições responsáveis pelo tratamento e guarda de acervos arquivísticos

Em 1991, após um século e meio da criação do Arquivo Público do Império, primeira denominação do Arquivo Nacional, é aprovada a Lei nº 8.159, que define a política nacional de arquivos públicos e privados. A Lei de Arquivos conceitua o arquivo público como “conjunto de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”. Estabelece a ordenação da malha arquivística pública nos seguintes termos:

- Arquivos Federais: o Arquivo Nacional e outros arquivos do Poder Executivo (Ministérios da Marinha, Relações Exteriores, Exército e Aeronáutica), os arquivos dos Poderes Legislativo e Judiciário Federais;
- Arquivos Estaduais: o arquivo do Poder Executivo, o arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário;
- Arquivos do Distrito Federal: os arquivos do Poder Executivo, os arquivos do Poder Legislativo e os arquivos do Poder Judiciário
- Arquivos Municipais: os arquivos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Neste sentido, a implantação de arquivos na esfera pública, contribuiu para a disseminação rápida de informações, para a credibilidade na administração e na consciência de preservação do bem público e o acesso à informação pelo cidadão. Segundo a Lei nº 8.159,

denomina-se arquivo estadual, os arquivos do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. No Rio Grande do Sul, surge em 1906, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Criado através do Decreto nº 876, de 08 de março do mesmo ano, pelo presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Foi determinada a criação do Arquivo Público, compondo a Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, subordinada à Secretaria do Interior e Exterior. Inicialmente, tinha por objetivo a guarda, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul.

Seu acervo é constituído por aproximadamente 18 milhões de documentos referentes ao Poder Executivo (documentos administrativos pertencentes às secretarias da Educação, Saúde, Justiça, Fazenda, Agricultura, Coordenação e Planejamento, Administração e Casa Civil, prontuários do Hospital Psiquiátrico São Pedro e processos de distribuição de terras públicas); ao Poder Legislativo (processos de emancipações e alterações territoriais de municípios); ao Poder Judiciário (processos-crimes, medições de terras, *Habeas-corpus*, inventários, testamentos); do registro civil (certidões de nascimento, casamento e óbito, habilitações de casamento) e tabelionatos (livros notariais com escrituras de procurações, transmissões, testamentos, cartas de alforria de escravos, compra e venda de bens móveis e imóveis, contratos, hipotecas, apontamentos e protestos de letra e registros diversos e gerais do Tabelião).

Assim, as instituições arquivísticas públicas, além de reunir a documentação referente a memória do poder público, é o órgão responsável pela execução e administração da política relativa ao patrimônio documental de cada Estado, e por meio da organização, guarda e conservação dos documentos acumulados pelo Governo.

Denomina-se como arquivo municipal à instituição arquivística “mantida pela administração municipal, identificado como principal agente arquivística nesse âmbito” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 33). Desta forma, Machado e Camargo (2000) acrescentam que o atributo “municipal” refere-se aos órgãos que exercem os poderes executivo e legislativo no município. Assim, são municipais os documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Prefeitura e Câmara de Vereadores no desempenho de suas funções.

Os arquivos municipais não se limitam à guarda dos documentos produzidos pelos órgãos que exercem, estendem por vezes sua proteção não só aos produtos do funcionamento de entidades, como do Estado ou da União, e também aos documentos de natureza privada. Mello (1960 apud MACHADO e CAMARGO, 2000) comenta que com o variável grau de

autonomia política ao longo da história, o município foi sempre a realidade governamental mais próxima do cidadão. É o que explica que determinados arquivos municipais no país reivindiquem a guarda de documentos de outras entidades (da União ou do Estado a que pertencem).

Neste sentido, o Arquivo Nacional, através da publicação “Subsídios para implantação de uma política nacional de arquivos” (2000) lembra que a informação converte-se num dos alicerces do vínculo que deve haver entre o governo local e os munícipes que lhe delegaram poderes, pelo voto popular. Portanto, cabe à administração local garantir à comunidade informações que vá desde a história do município até todos os atos e fatos que provem os direitos dos cidadãos, assim como os que esclareçam o andamento e solução de questões no plano administrativo, econômico, jurídico e sociocultural.

Assim, Tessitore (2003, p. 11) afirma que, “para que os documentos cumpram com sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis”. Além de arquivos, o centro de documentação é uma entidade mista, pois representa uma mistura de arquivo, biblioteca e museu, sem identificar-se com nenhum deles. Reúne por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias). Possui documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções e sua finalidade é o oferecimento de informação cultural, científica ou social especializada.

A mesma autora, na obra “Os arquivos fora dos arquivos” (2002), relata que um ponto bastante polêmico é a custódia de arquivos públicos, retirados de seu domicílio legal e abrigado em museus ou centros de documentação. Os poderes executivo, legislativo e judiciário nas diferentes esferas governamentais, não têm visto problemas em entregar seus arquivos permanentes a outras instituições, que não são arquivísticas. Desta forma, afasta-se o arquivo da convivência com outros conjuntos da mesma natureza e rompe-se sua contínua alimentação pelos documentos egressos das fases intermediária e corrente, limitando seu poder informativo. Assim, tais documentos não estão nos museus e centros de documentação como fruto de atos ilícitos dessas instituições ou de pesquisadores, mas sim, de uma ação protecionista diante do descaso das instâncias governamentais que deveriam preservá-los. Caso não houvesse a intervenção dos órgãos mencionados, o acervo estaria a tempo destruído.

1.2 O acesso e difusão da informação

As instituições arquivísticas com a função de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais que foram produzidos e/ou acumulados por instituições no desenvolvimento das suas atividades. Desta forma, também devem viabilizar o acesso ao seu acervo mostrando aos usuários seu contexto de produção e o potencial de pesquisa existente como forma de satisfazer as necessidades informacionais dos consulentes.

Assim através da difusão da informação e do serviço de referência, que trata do acesso e disseminação da informação, de estudo de usuários e da pesquisa, o arquivo oferece condições de pesquisa ao usuário, aproximando-o da instituição. Neste sentido, Bellotto (2004) apresenta a difusão sob três enfoques: o cultural, o editorial e o educativo. A difusão cultural é promovida através de palestras, debates, congressos, jornadas e reuniões, lançamentos de obras, entre outras ações. A difusão editorial ocorre com a publicação do conteúdo do acervo, das atividades e dos programas, através da publicação de catálogos informativos, manuais, edições comemorativas, publicações que referenciam o acervo, entre outras iniciativas com o objetivo de atrair ao público.

A difusão educativa é desenvolvida com a realização de exposições a estudantes no arquivo, reprodução de documentos, visitas guiadas aos arquivos, entre outras ações devidamente planejadas. Além dos enfoques mencionados, a difusão também pode ocorrer por diferentes meios. Um exemplo foi o microfilme, utilizado para a conservação de acervos e como forte aliado para difundi-los. Atualmente, com o desenvolvimento das tecnologias da informação, a internet e a multimídia revelaram-se importantes ferramentas. Desta forma, Fugueras (2003) apresenta algumas vantagens obtidas no uso da Internet como forma de difusão arquivística: a disponibilização de informações arquivísticas a diferentes usuários (ao mesmo tempo a qualquer hora ou lugar), a redução de custos de publicação e a preservação dos documentos sem impedir a consulta, podendo disponibilizar peças ou conjuntos documentais digitalizados.

O acesso (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 19) é a “possibilidade de consulta a documentos ou informações” ou ainda, uma função arquivística “destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”. Significa tornar público, transparente, visível, algo antes obscuro, secreto ou simplesmente ignorado pela coletividade. Nesse sentido, o direito à informação é fundamental ao exercício das liberdades públicas e ao pleno desenvolvimento dos sistemas políticos democráticos (LAFER apud COSTA, 2000).

Jardim (1999) em seu texto “O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação”, explica que os processos de transferência e uso da informação envolvem diversos sujeitos informativos (em especial o profissional e o usuário da informação) sendo a satisfação das necessidades deste último uma variável fundamental na avaliação de qualquer serviço de informação. Neste sentido, o acesso à informação encontra no direito à informação a sua dimensão jurídica.

O mesmo autor também afirma que a situação dos arquivos brasileiros (especialmente dos arquivos públicos) tem sido objeto de diversos diagnósticos nas duas últimas décadas que identificaram a progressiva corrosão da situação arquivística, os acervos acumulados, a precariedade organizacional, tecnológica e humana relacionada a este quadro e o problema da inexistência de instrumentos viabilizadores do acesso e recuperação da informação.

A disseminação da informação, ou seja, “o fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 71), teve um grande impulso nos últimos anos devido ao constante avanço tecnológico e a popularização da internet, que acrescentaram novas possibilidades de usos e de espaços informacionais virtuais.

Neste sentido, Jardim (1999) analisou os sites de instituições arquivísticas públicas, privilegiando alguns indicadores relacionados à questão da acessibilidade onde percebeu que índices elevados no que se refere a: possuir informações e/ou serviços sobre o acervo e serviços disponíveis aos usuários. Porém, no que se refere à instrumentos de pesquisa, instrumentos de pesquisa *on line* em base de dados, atendimento ao usuário via e-mail e possuir *links* arquivísticos ou contar com mapa do site, mecanismo de busca ou outros bancos de dados, os índices são muito baixos (menos do 40%).

Se primeiramente a criação de arquivos foi devido à necessidade prática de incrementar a eficiência governamental, podemos dizer que hoje, convertem-se em uma fonte de cultura e o cuidado desta documentação é, portanto, uma obrigação pública. Atualmente, estas instituições devem enfrentar mudanças para satisfazer as crescentes necessidades informacionais dos usuários, que os procuram como fonte de pesquisa.

O usuário é a pessoa física ou jurídica que consulta arquivos e pode ser chamado de consulente, leitor ou pesquisador (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.169). Sanz Casado (1994 apud BLAYA PEREZ 2002) explica que usuário vem a ser todo e qualquer indivíduo que necessita de informações para desenvolver ou realizar as suas atividades, que vão ao encontro das necessidades diárias de informação.

Para Pugh (1992 apud BLAYA PEREZ 2002) existem dois grupos de usuários, um deles formado pelas pessoas que trabalham com os arquivos, o outro, composto pelos usuários

que recorrem ao arquivo como atividade recreativa ou cultural. No primeiro grupo podem ser identificados, por sua vez, cinco tipos diferentes: o grupo de pessoas que trabalha na instituição produtora do arquivo, pessoal que integra a administração e doadores dos arquivos; os arquivistas e o pessoal que trabalha no arquivo; os profissionais (advogados, engenheiros, arquitetos, fotógrafos, etc.); os universitários (dentre os quais se encontram os historiadores) e os professores e estudantes. No segundo grupo os mais assíduos são os genealogistas e os historiadores amadores.

Por sua vez, Xavier Tarraubella I Mirabet, no texto “Els arxius i els seus usuaris” estabelece dois grupos de usuários: os usuários internos e os usuários externos. Dentro deste último grupo podemos citar o investigador profissional, investigador aficionado, estudantes e cidadão comum. O usuário interno refere-se à organização ou instituição que gerou a documentação. Caracteriza-se por demandar do arquivo para o cumprimento da totalidade das funções básicas que lhe são designadas: organizar, recolher, conservar e difundir.

Dentro do grupo dos usuários externos, o investigador profissional possui formação universitária, geralmente conhece a organização e o funcionamento dos arquivos, está familiarizado com o ambiente e a utilização dos sistemas de classificação e dos instrumentos de pesquisa. O investigador aficionado possui diferentes níveis de formação, a maioria realiza pesquisa sobre genealogia ou sobre a história local. Solicitam informações muito específicas referentes a dados concretos, sobre uma pessoa ou sobre um evento e devido ao desconhecimento de técnicas de pesquisa, exige uma atenção especial por parte do arquivista.

Os estudantes dividem-se entre universitários e não universitários e são motivados a entrar no arquivo para realizar trabalhos solicitados pelos professores. Caracteriza-se pela sua carência de preparação para as técnicas e metodologias de pesquisa, a falta de paciência e a inconstância na procura por informação e utilização de documentos (devido ao pouco tempo dedicado à realização do trabalho).

O cidadão comum utiliza o acervo arquivístico para consultas esporádicas ou de caráter administrativo. Não conhece o sistema de organização e funcionamento dos arquivos nem está acostumado com a utilização de instrumentos de pesquisa. Se obtiver a informação desejada, converte-se no usuário mais agradecido, o que obtém maior grau de satisfação e que valoriza de uma forma mais positiva o serviço do arquivo e o trabalho do arquivista.

A disseminação da informação também se dá a partir do acondicionamento da documentação arquivística, os materiais utilizados, os métodos e critérios de arquivamento, a classificação adotada, a existência de instrumentos de pesquisa e os serviços de reprodução de documentos, entre outros.

2 INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NO RIO GRANDE DO SUL

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Estado do Rio Grande do Sul possui 10.582.840 habitantes distribuídos em 496 municípios. Num primeiro momento, para amostra do estudo em questão, foram escolhidas as cidades de médio (100 e 500 mil habitantes) e grande porte (mais de 500 mil habitantes). Devido ao extenso número de cidades envolvidas, por sua vez, foram selecionadas dentre estas, as que possuem mais de 260.000 habitantes. As informações utilizadas foram extraídas do relatório da contagem populacional do ano de 2007, com base no último censo demográfico. Tendo como base o último levantamento de referência, o censo do ano de 2000, foram utilizadas as informações atualizadas de estimativas de população.

Desta forma, foram identificadas sete instituições arquivísticas que atenderam ao requisito da pesquisa: em Porto Alegre, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (APERS), o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Na cidade de Caxias do Sul, o Museu e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami; em Canoas, o Arquivo Público Municipal Dr. Sezefredo Azambuja Vieira; em Santa Maria, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria; e finalmente em Gravataí, o Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca.

Em Porto Alegre, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS está localizado na rua Riachuelo 1031. Seu acervo é constituído por aproximadamente 18 milhões de documentos referentes aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Registro Civil e Tabelionatos (com documentação que compreende o período de 1763 a 2002). O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul está localizado no prédio do Memorial do Rio Grande do Sul, na Praça da Alfândega s/nº na sala 17. Seu acervo remonta aos primeiros anos de ocupação efetiva do solo rio-grandense pela Coroa Portuguesa. Finalmente, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, localizado na Av. Bento Gonçalves 1129, no bairro Partenón, reúne, preserva e divulga cerca de um milhão de documentos sobre a cidade. Sob sua guarda estão documentos datados desde 1764, que registram a formação da cidade, jornais, revistas, relatórios, projetos, mapas, plantas e correspondências que mostram a política das administrações municipais.

Na cidade de Caxias do Sul, o Museu e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami está localizado na Av. Julio de Castilhos 318. Seu acervo é composto por documentação de origem pública, particular, depoimentos, livros, jornais, boletins e informativos e mais de 200 mil documentos fotográficos.

Na cidade de Canoas o Arquivo Público Municipal Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, localizado na rua Ipiranga n° 105, possui fototeca (com 8 mil registros aproximadamente), hemeroteca, mapoteca, documentos e objetos, além de conservar e guardar a documentação histórica do município. Em Santa Maria, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, localizado na rua Appel n° 900, mantém sob sua guarda os fundos Câmara Municipal, Junta Intendencial, Intendência e Prefeitura Municipal, como também coleções de diversos jornais e um acervo fotográfico com mais de 3 mil imagens, entre fotografias e negativos.

Finalmente em Gravataí, encontra-se o Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca que funciona junto ao Museu Municipal Agostinho Martha. Localizado na rua Nossa Senhora dos Anjos n° 541, seu acervo conta a história colonial do Vale do Gravataí.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Através da aplicação dos questionários podemos observar que das sete instituições pesquisadas, cinco são da esfera municipal (70%) e duas (30%) são estaduais, ocupando as regiões central, metropolitana e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Com respeito ao horário de funcionamento podemos observar que a maioria das instituições atende ao público de segunda à sexta-feira (70%) e uma abre de terça à sexta-feira (15%) e outra atende aos consulentes também aos sábados, mediante agendamento (15%).

Com respeito à equipe de trabalho que cada instituição possui, todas as instituições contam com historiadores, uma conta com o trabalho de um administrador, quatro contam com arquivistas, duas com bibliotecário, duas com técnicos em arquivo; quatro com conservadores/restauradores; quatro com auxiliar de serviços gerais e ainda, existe uma instituição que conta com outro tipo de funcionário em seu quadro funcional.

Ao perguntar à direção se, na sua concepção, era necessária a contratação de mais profissionais para trabalhar no acervo, 100% dos pesquisados responderam afirmativamente. Desta forma, perguntou-se em quais áreas e obtivemos as seguintes respostas: a maioria (85%) das instituições afirmam precisar de profissionais da área de computação/informática e conservadores/restauradores, cinco informaram a necessidade de historiadores (70%), cinco de técnicos de arquivo (70%), quatro de arquivistas (57%) e um de bibliotecário (15%).

Com relação aos serviços prestados, todas as instituições pesquisadas possuem endereço eletrônico (*e-mail*), três instituições (43%) afirmam possuir informações em *sites* de busca (Aonde.com Cadê?, Farejador, Google, Yahoo!, etc.) e duas (30%) possuem página na

Internet. Com isto observa-se que, apesar do avanço tecnológico, muitas instituições ainda hoje não usufruem deste tipo de recurso.

Ao perguntar se, a instituição possui instrumentos de pesquisa, todas responderam afirmativamente. Desta forma, podemos dizer que seis (85%) das instituições possuem inventário, cinco (71%) possuem catálogo e seis (85%) possuem guia. Além disso, duas instituições afirmam utilizar o banco de dados (30%), uma utiliza microfilme (15%) e outra fichário (15%). Com relação à disponibilização de serviço de reprodução de documentos, somente quatro instituições (57%) oferecem este serviço aos pesquisadores. Desta forma, três instituições (43%) oferecem a reprodução do documento através da digitalização e uma especialmente faz reprodução de projetos arquitetônicos (15%).

Na última parte do questionário, com respeito a estudo de usuários, só obtivemos respostas de cinco instituições. Dentre as instituições que responderam, somente três (43%) realiza ou realizou este tipo de estudo. Ao perguntar há quanto tempo era realizado estudo de usuário, as instituições apontam períodos bem diferenciados: uma instituição respondeu desde sempre (31 anos aprox.), uma há 19 anos e outra respondeu que está em fase de elaboração.

Com respeito aos tipos de usuários que o acervo possui, todas as instituições conseguiram identificá-los como estudantes e historiadores (100%); seguidos por professores, arquitetos e comunicólogos (podendo ser das áreas de Publicidade e Propaganda, Jornalismo ou Relações Públicas) e cidadãos comuns numa porcentagem de 80%. Diante da pergunta de qual das categorias de usuários citadas anteriormente pesquisam com maior frequência na instituição, todas as instituições apontam para estudantes, seguidos de historiadores (80%), professores (40%) e comunicólogos (20%).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender como é o acesso às fontes de pesquisa nas instituições responsáveis pelo tratamento e guarda de acervos arquivísticos no Estado do Rio Grande do Sul. Através da identificação dos serviços que são oferecidos ao público e as características dos acervos citados pretendeu-se mostrar a realidade do acesso a ditos acervos na atualidade. As instituições são cientes da necessidade de gerir a informação adequadamente, porém existem algumas precariedades, como por exemplo o quadro de pessoal das instituições.

Outro aspecto é o acesso, disseminação e difusão da informação, como finalidade do arquivo, tão necessária nos tempos atuais. Para isto, a utilização de ferramentas telemáticas,

como no caso a Internet, será muito benéfica. Sugere-se a criação de portais ou páginas, com disponibilização do acervo (parcial ou total) e das ferramentas *on-line*, a elaboração de bancos de dados e ferramentas utilizando softwares livres, como a que disponibiliza a UNESCO, em formato WinISIS. Também percebeu-se que, só 60% das instituições pesquisadas realiza estudo de usuários. Sem dúvidas, sua elaboração poderia influenciar na qualidade dos serviços prestados como forma de elaborar instrumentos mais específicos para satisfazer as necessidades informacionais dos usuários. Assim como para estabelecer prioridades de ação, avaliar ferramentas e/ou criar novas estratégias para a instituição.

Desta forma acredita-se na contribuição da Arquivística, sua metodologia e seus procedimentos relevantes na elaboração deste trabalho. O entendimento do documento como fonte histórica, representa um meio de conhecimento do passado, portanto, uma possibilidade de resgate da memória do indivíduo e/ou sociedade e seu entorno sociocultural. Sua metodologia promove o tratamento e o acesso à informação, ao garantir a integridade do acervo, o pleno valor de testemunho dos documentos de um fundo de arquivo e a recuperação da informação, dando ênfase ao trabalho de caráter científico do arquivista. Aliado ao conhecimento dos procedimentos que envolvem seus desdobramentos (classificação, avaliação e descrição), a utilização de métodos e normas adotados pelas instituições.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. APERS. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php> Acesso em 6 de mar de 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BLAYA PEREZ, Carlos. **Os diferentes tipos de usuários de arquivos**. In: Caderno de Arquivologia. Santa Maria: UFSM, 2002. p. 66-86.

COSTA, Celia. **O Arquivo Público do Império**: o legado absolutista na construção da nacionalidade. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/19.pdf> Acesso em 03 de mar. 2010.

FUGUERAS, Ramon A. Et all. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. TERA, S. L. Asturias, ES, 2001

IGBE. **População recenseada e estimada, segundo os municípios** – Rio Grande do Sul – 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_23.pdf Acesso em 20 de fev de 2009.

JARDIM, José Maria. **O acesso à informação arquivística no Brasil**: problemas de acessibilidade e disseminação. 1999. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o_acesso_informao_arquivistica_no_brasil.pdf Acesso em 12 mai de 2010.

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. 2ª Ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/texto_pdf_12_Como%20implantar%20arquivos%20publicos%20municipais.pdf Acesso em 03 de mar de 2009.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU. **Declaração dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php Acesso em 04 de mar de 2010.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como fazer, 09)

_____. **Os arquivos fora dos arquivos**: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.